

2.

O Espaço Geográfico e as Paisagens frente à atuação dos Agentes Sociais e das Políticas Públicas Habitacionais Implantadas no Espaço Urbano de Muriaé – Minas Gerais

Neste capítulo busca-se caracterizar como as categorias de espaço e paisagem podem fornecer instrumentos para uma compreensão crítica das transformações pelas quais passou o espaço urbano nas últimas décadas, objetivando refletir sobre os agentes sociais e a segregação via políticas públicas.

O espaço será visto neste trabalho como produto – produtor das relações sociais, sendo que essas relações se dão entre as sociedades de classes que se configuram no atual modelo econômico capitalista, a partir do embate entre o proletariado e os donos dos meios de produção, o que facilita a compreensão do espaço como processo e não como um produto acabado, mas vulnerável a ações internas e externas dos agentes sociais.

O movimento da sociedade se torna reflexo dos interesses das classes dominantes, ou seja, o espaço é utilizado para a manutenção de poder, constituindo-se uma possibilidade política diante das intencionalidades dos agentes produtores do espaço que variaram segundo uma temporalidade específica.

Parte-se, pois, da premissa de que a discussão acerca do espaço e da paisagem pode contribuir para o entendimento das transformações do espaço urbano. Tais categorias se tornam importantes nesta reflexão, uma vez que se deve entendê-las como produto, condição e meio de reprodução das relações sociais.

Nesse sentido, o espaço geográfico é percebido como espaço, produzido para a existência do homem, sendo que sua transformação se dá em função das características do sistema econômico, social, cultural no qual determinada sociedade está inserida.

Oferece suporte a tal discussão o método dialético, pois ajuda a compreender o espaço além das relações, valorizando-o em sua totalidade, trazendo à tona os conflitos que se dão no espaço urbano.

Para Heráclito, a natureza é um perpétuo vir-a-ser, isto é, está em constante movimento e transformação. Tal dinamicidade é incorporada por Hegel, que passa a entender a natureza como processo, e, mais tarde, apropriada por Marx ao estudar as leis internas do desenvolvimento do capitalismo, apontando suas deficiências, caracterizando os seus protagonistas, o operário e o capitalista, e seus conflitos, uma vez que formulou uma lei geral absoluta da acumulação capitalista, “segundo a qual se concentra, num polo, a massa cada vez maior de riquezas a disposição do capital, enquanto, no polo oposto, aumenta a miséria das massas trabalhadoras” (Marx 1996, p.42).

O trabalhador, nesse sentido, é um agente que negocia sua mão-de-obra, e o capitalista, que tem como propósito a lucratividade, cria mecanismos para a manutenção de salários baixos, como a criação do exército de reservas, para que o processo de acumulação possa ser contínuo, como é apontado por Marx (1996, p.41): “A própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma superpopulação relativa flutuante, ou exército de reserva industrial”. Para Marx (1996, p.42), “o exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral dos salários, impedindo que se eleve acima do valor da força do trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor”, o que explica a exploração do trabalhador.

Para a compreensão desse quadro de conflitos, a dialética oferece um instrumental eficaz capaz de dar suporte para uma visão do sistema capitalista e de seu movimento interno. De acordo com Aranha & Martins (1986, p111), a dialética marxista busca entender que:

O mundo material é dialético, isto é, está em constante movimento, e as coisas estão em constante relação recíproca, ou seja, nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente, fora dos fenômenos que o rodeiam. Daí a importância da categoria de totalidade, que determina a predominância do todo sobre as partes constitutivas.

Frente à tal realidade, interessa a compreensão da sociedade de classe projetada no capitalismo, o que contribui com a percepção do homem não apenas como um habitante de um determinado lugar, mas um produto do espaço geográfico, pertencendo a uma determinada classe social (Santos 2008, p.45). O retorno a tal fato histórico contribui para o entendimento do espaço geográfico como um espaço mutável e diferenciado, como é proposto por Dollfus (1978, p.9), e propício à segregação espacial.

Com isso, a abordagem marxista descortina as contradições do espaço geográfico, demonstra sua dialética, enfatiza a sua essência, explica a formação das classes sociais e dos seus conflitos como fruto da metamorfose espacial e dos trabalhos dos agentes sociais que atuaram em sua produção, desmistificando uma certa neutralidade que uma análise superficial do espaço possa passar, mostra que o espaço é testemunha de uma lógica dominante, abordando quem realmente são os produtores do espaço urbano. Tal colocação vai ao encontro das concepções de Lefébvre (1976, p.30) quando este enfatiza que

O espaço não seria nem um ponto de partida (mental e social), nem um ponto de chegada (um produto social ou ponto de reunião de produtos), mas um instrumento político intencionalmente manipulado, incluindo assim a intenção que se oculta por baixo das aparências da figura espacial. É um procedimento nas mãos de alguém, indivíduo ou coletividade, de um poder (Estado), de uma classe dominante, ou de um grupo.

Recorrer à análise marxista é entender que o espaço é a materialização da lógica capitalista e testemunho da lógica dominante. A sua materialização, por meio da construção das paisagens urbanas, demonstra o resultado das forças contraditórias e se constitui assim, como apontado por Silva (1991, p.22), o suporte do que é geográfico.

Neste contexto, o espaço geográfico é visto como produto de lutas entre contrários, que tem como resultado a geração de desigualdades sociais entre empregadores (donos dos meios de produção) e os empregados (ao fornecerem sua força de trabalho), o que pode ser confirmado também nas palavras de Carlos (1997, p.19):

Hoje a unidade, espaço-sociedade, traz implícita uma desigualdade produto da divisão social do trabalho, que se materializa na divisão espacial do trabalho entre as parcelas do espaço. Tal desigualdade é produzida por relações de dominação e subordinação que permeiam o processo de produção capitalista baseado na acumulação e centralização do capital, do poder em poucas mãos e na propriedade privada.

Uma análise crítica desse processo permite depreender que a sua compreensão só será alcançada a partir da observação do funcionamento do sistema capitalista, entendendo essas relações contraditórias como responsáveis pela diversidade do espaço geográfico, evidenciadas nos conjuntos habitacionais a serem estudados. Para Silva (1991, p.20):

compreender o espaço geográfico, de acordo com uma visão marxista, significa aprendê-lo como ele é na sua essência como totalidade, com todos os seus conflitos, contradições, mediações, que se articulam num processo incomensurável, interminável.

O espaço geográfico passa a ser visto em seu movimento, e como um processo, pois se torna possível analisá-lo juntamente com o seu resultado as paisagens urbanas produzidas por políticas públicas habitacionais, que resultaram em construção de espaços heterogêneos, fruto de temporalidades diferenciadas em um movimento desigual. Tal colocação se confirma nas palavras de Vurgopoulos (1977, p.139), citado por Silva (1991, p.24), ao ponderar que “as classes sociais se reproduzem obedecendo aos ditames do capital que se desenvolve obedecendo a uma lógica contraditória – a qual produz espaços heterogêneos desiguais e irregulares”.

Diante disso, opta-se por focar o espaço como fruto das relações sociais; o espaço é produto social e mediador da existência da própria sociedade, sendo que é a sociedade que o dinamiza. Para Lefévre (1976, p.30), “o espaço social é um produto da sociedade, sendo resultado de uma certa história, de um passado geral e particularizado”. Sua evolução e o seu movimento são efeito e condição dos movimentos da sociedade; como aponta Santos (2005, p.23), sua evolução se dá em razão do modo de produção e das suas transformações sucessivas.

Evidencia-se assim o espaço como produção aberta e contínua, constantemente em processo de construção e desconstrução no decorrer da história como é possível constatar nas palavras de Massey (2009, p.95), ao afirmar

que “conceituar o espaço como aberto e múltiplo e relacional, não acabado e sempre um devir, é um pré-requisito, também para a possibilidade política”.

Baseado nessa vertente, é perceptível que o espaço geográfico não é neutro, uma vez que é produzido por lutas travadas entre as classes sociais, e deve ser visto como produto do estado de uma sociedade, um produto histórico, sendo o homem o agente central de sua materialização. É uma síntese entre o conteúdo social e as formas espaciais, sendo nesse sentido uma síntese provisória.

A complexidade que assume hoje o espaço geográfico é um desafio a sua reflexão, o que pode romper com os paradigmas tradicionais de um espaço estático e ainda desmistificar o discurso político ideológico de neutralidade difundido pelos produtores do espaço urbano.

O propósito dos produtores do espaço urbano, na verdade, é atender aos interesses do capital e à manutenção do sistema de reprodução capitalista a partir da reprodução do espaço, ou seja, o espaço geográfico é a materialização dos interesses estratégicos da elite produtora do espaço urbano, que dita as regras que visam à manutenção do *status quo*, sendo instrumentos utilizados pela lógica do capital para dar continuidade ao sistema. Com isso, cria-se a lógica do espaço.

O que se faz necessário é entender o espaço como produto das decisões dos agentes sociais, comandadas pela flexibilidade do capital, da sociedade e da atuação do Estado via políticas habitacionais. Deve-se entender que a produção dos espaços se dá pela atuação dos agentes hegemônicos, que, ao produzir a cidade, também contribui para sua segregação, ao expressar as condições de vida das classes sociais que nela habitam.

Santos (1996, p.18) destaca que o espaço geográfico é a união indissociável e indissolúvel entre sistemas de objetos e de ações, pois tais ações provêm dos e são difundidas pelos agentes produtores do espaço urbano, dando sentido aos objetos e contribuindo em sua definição e é esse igualmente o ponto de vista deste trabalho acerca da atuação dos agentes sociais.

Com isso, percebe-se o espaço como produto das relações do homem (trabalho), produzindo objetos (paisagem), motivado por ações provenientes das

necessidades humanas, econômicas e sociais, sendo sua materialização por meio do emprego de técnicas.

A paisagem urbana seria uma resposta do que seria o espaço geográfico, para quem ele é produzido, quem o produziu, a quem interessa a sua produção, qual é sua lógica, podendo ao mesmo tempo desmistificar ou camuflar os interesses dos agentes produtores do espaço urbano.

Nesse sentido, a paisagem só existe a partir de sua constituição social, sendo, por conseguinte, um produto coletivo, dinâmico e particular aos grupos sociais. Para Sansolo (2007, p.9), “a paisagem é a expressão, mais ou menos aparente e dinâmica, das interações entre sociedade e natureza”, corroborando as concepções de Claval (2004, p.71) quando este afirma que “a paisagem como conjunto de indícios diz muito sobre a sociedade que a produziu”.

Interessa-nos, neste trabalho, a compreensão dessa paisagem, como é apontada por Claval (2004, p.33) quando se compreende como e por que ela funciona; a paisagem torna-se mais esclarecida. Percebe-se que é uma representação do espaço geográfico ressignificada pela dinâmica do capital, que pode ser apreendida via compreensão do processo de acumulação original primitiva do sistema capitalista.

Busca-se, neste trabalho, não distanciar a paisagem de quem a construiu, uma vez que os agentes sociais produtores do espaço urbano produzem marcas nas paisagens e tais marcas possuem intencionalidades, como aponta Claval (2004, p.66) ao enfatizar que os homens enviam mensagens quando organizam um espaço ou o constroem. Mas pode-se ir além disso? É possível ler, por detrás daquilo que as pessoas quiseram dizer, um outro sentido. Nos espaços ocupados pelos grupos sociais excluídos há precariedade nos serviços urbanos e manutenção nesses espaços de reservas de mão de obra.

Nas paisagens dos conjuntos habitacionais, fica evidente uma imagem de segregação espacial, caracterizada por uma baixa densidade edificativa, já que a distribuição dos equipamentos urbanos, quase sempre regida pela lei do mercado, cria áreas privilegiadas e áreas de escassez de recursos, que se materializam nas

construções. Nesse sentido, “os signos de que as paisagens são portadoras transmitem mensagens intencionais” (Claval 2004, p.67).

A segregação surge da valorização dos terrenos e sua especulação pelos agentes imobiliários, principalmente nas áreas mais pobres, pois, de acordo com Harvey (1980, p.149), “os grupos mais pobres vivem, geralmente, em locais sujeitas à maior pressão especulativa de uso do solo”.

As paisagens desses conjuntos habitacionais foram produzidas em tempos diferenciados e por agentes sociais que realizaram suas ações no decorrer da história. Tal produção pode ser melhor compreendida ao se analisar as colocações de Santos (1988, p.68), quando afirma que “a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas e de construir os espaços geográficos”.

Também Carlos (2008, p.42) confirma essa visão: “a paisagem geográfica revela, assim, os antagonismos e as contradições inerentes ao processo de produção do espaço num determinado momento histórico”.

As heterogeneidades formadas pela atuação dos produtores do espaço urbano representam pedaços de tempos históricos, contribuindo para o entendimento de que o lugar ocupado no espaço é o reflexo das condições sociais, ou seja, das classes sociais.

2.1.

As Políticas Habitacionais e as Paisagens Urbanas nos Conjuntos Habitacionais em Muriaé, Minas Gerais

Busca-se aqui estabelecer uma discussão sobre como as políticas habitacionais produziram paisagens heterogêneas nos conjuntos habitacionais no município. Para que esse objetivo pudesse ser alcançado, obedeceu-se a uma lógica de respostas para os seguintes questionamentos: em que contexto histórico surgem as paisagens de tais conjuntos? Por que tais paisagens urbanas foram construídas e onde elas se localizam? Quais foram os agentes produtores do

espaço urbano que as construíram? Para quem elas foram construídas e o que elas representam?

Tais questionamentos promoverão uma leitura crítica das paisagens, entendendo-as como um processo, dotado de temporalidades variadas, via atuação dos agentes produtores do espaço urbano. Além disso, contribuirá para uma visão das relações de poder, camufladas além da paisagem, bem como das ações políticas que se desencadearam em sua produção no decorrer da história. As políticas habitacionais serão vistas, num primeiro momento, como imposição para o estabelecimento de uma ordem social, frente ao momento político e econômico, como também necessidade de controle das reivindicações frente a uma intensa demanda, oriunda de um aumento populacional e do êxodo rural; num segundo momento, como cooptação entre o governo federal e o Estado, para a implantação dos conjuntos habitacionais, BNH e COAHBs, políticas aceitas pela população e utilizadas até mesmo para práticas eleitoreiras; e, num terceiro momento, como resistência dos grupos menos favorecidos e não contemplados por tais políticas ao produzirem seus espaços na periferia da cidade.

As políticas habitacionais implantadas no município surgiram em temporalidades e espaços diferenciados. A localização dos conjuntos do BNH aconteceu na década de 1970, enquanto a localização dos conjuntos da COAHB-MG se deu na década de 1980, ambos produzidos, portanto, pré-constituição de 1988, enquanto as Autoconstruções (movimento de casas populares) desencadearam-se no município pós 1990, como uma consequência da realidade política pós-constituição de 1988.

Em termos políticos, o período retratado parte da ditadura, com a criação do BNH e COAHB, à implantação da República (Autoconstrução). Nasce no contexto de autofinanciamento pelo Estado, que se torna o agente central na delimitação das políticas públicas habitacionais. A atuação do Estado, nesse sentido, com a criação do BNH representava apoio, ou seja, era a base de sustentação do populismo e uma forma de estabelecer a “ordem social”, mantendo o controle econômico e político, visando ser um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país em tempos de Guerra Fria e intensa polarização política e ideológica em todo o continente.

Implícito nessas ações está a busca por estabelecimento de uma “ordem social”, por meio de políticas do bem-estar social, evitando-se assim as crises cíclicas, bem como ainda destacar uma imagem positiva do governo no que diz respeito ao atendimento e prioridade às questões sociais. Além disso, a habitação contribuiria para a manutenção do processo capitalista, uma vez que a sua venda representaria uma oportunidade de obtenção de lucro e manutenção do sistema. Favorecendo as ações do capital, viabilizaria a acumulação capitalista via produções de habitações, como destaca Corrêa (1995, p.22)

A criação de órgãos, como foi o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH) e das Cooperativas de Habitação (COAHBs) e a criação de mecanismos jurídicos e financiamentos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), visam viabilizar a acumulação capitalista via produções de habitações.

As produções dessas habitações surgem a partir da existência de um desconforto governamental frente a uma crescente massa que necessitava de uma moradia. A construção de tais conjuntos constitui respostas a essas ações.

O fato histórico que explica o aumento dessa demanda por habitação seria o crescimento demográfico associado à intensificação do êxodo rural, que promoveu uma transformação nas cidades, implantando uma nova ordem urbana, como enfatiza Pequeno (2008, p.2)

Ao longo do século XX o Brasil vivencia um processo de urbanização dos mais intensos, havendo grandes mudanças na distribuição demográfica em seu território. Dispersa e heterogeneamente distribuída pelo espaço rural, sua população passa a confluir para as cidades, sendo tal movimentação diretamente associada às transformações na estrutura produtiva, à concentração de oportunidades de trabalho e serviços nas cidades, aos investimentos predominantemente urbanos, às inovações tecnológicas, entre outros.

Tal realidade é confirmada ao se analisar os indicadores de crescimento da população muriaeense no decorrer das últimas décadas, como consta na tabela abaixo:

Tabela 1 - População Residente em Muriaé (1970-2010)

Anos	População		Total
	Urbana	Rural	
1970	37.316	20.837	58.153
1991	71.651	12.934	84.585
2000	83.245	8.173	91.418
2010	93.320	7.541	100.861

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Os dados expostos indicam de forma clara o aumento da população muriaeense, que, em quatro décadas, quase dobrou, o seu quantitativo, ocorrendo, portanto uma ampliação da demanda por habitação; nesse sentido, os conjuntos habitacionais são uma resposta à ampliação do número de residentes no espaço urbano, surgindo, dentro do contexto de busca de solução dos problemas habitacionais, tirando da mão do Estado a responsabilidade no que tange à questão da moradia, como afirma Kowarick (1979, p.41):

Essa “solução” do problema habitacional contribuiu para deprimir os salários pagos pelas empresas aos trabalhadores. Eliminando-se dos custos de sobrevivência da força do trabalho um item importante como a moradia, os salários limitam-se a cobrir os demais gastos como transporte e alimentação.

Os conjuntos habitacionais vêm caracterizar essa tendência de substituição do aluguel pela casa própria, uma vez que, para se morar na cidade, a condição prévia é tornar-se consumidor do solo urbano. Porém, são os grupos hegemônicos que impõem as decisões sobre a privatização do solo, como afirma Blay (1985, p.321):

Morar e trabalhar são duas dimensões que surgem conectadas ao longo da acumulação capitalista, o capital, o Estado e a força de trabalho compõem uma correlação de forças que se estrutura e se altera ao longo do tempo, numa correspondência à pressão e à hegemonia de certos grupos sociais. De modo geral, coube ao capital a hegemonia sobre as decisões de uso do solo urbano, impondo a privatização do solo.

O Estado procurou atender a demanda reprimida por habitação das mais diversas maneiras, desde a construção de conjuntos habitacionais como o BNH e COAHB, até o incentivo à autoconstrução por meio do movimento das Casas Populares. É a partir dessas atuações que se tem o surgimento do Bairro BNH, primeiro conjunto habitacional no município, construído pelo BNH em 1970, depois o Bairro João XXIII, via Sistema Federal de Habitação, com recursos da caderneta de poupança e FGTS. Tais conjuntos se localizaram próximos a uma área central, na época periferia da cidade, como uma estratégia de atendimento às classes sociais trabalhadoras. Surgem no contexto de busca do governo por soluções uniformizadas, padronizadas e em regime de autofinanciamento. Foi a primeira iniciativa em programa oficial do governo na cidade, visando estimular o desenvolvimento da construção civil, a oferta de empregos, habitação para reduzir a exclusão, além de reativar o mercado de capitais, uma vez que o Estado atuou de forma direta na produção de tais conjuntos, por meio de unidades residenciais em série.

O Bairro Planalto, construído pela COAHB, foi o segundo conjunto habitacional implantado no município na década de 1980; depois foram construídos os Bairros São Cristóvão e Inconfidência como uma proposta alternativa para contemplar os não-contemplados pelo BNH, ou seja, aqueles cuja renda não estava dentro do perfil do programa, como aponta Harvey (1980, p.150) ao destacar que:

as mesmas instituições financeiras que negam fundos para um setor do mercado de moradia organizam-se para ganhar na realização especulativos em outro, assim que o uso do solo é subsequentemente transformado ou quando continua a surbanização.

Tais conjuntos continuavam obedecendo a mesma lógica de localização que o BNH, na área periférica da cidade, no contexto da política de autofinanciamento as unidades foram construídas a partir da parceria do poder público estadual e municipal.

O BNH, assim como a COAHB representaram a ponte de escape para a população de baixa renda, que viu, nestas duas instituições, a esperança de concretização do sonho da casa própria. Por isso, tais políticas foram aceitas sem questionamentos. No entanto, ao se comparar os conjuntos do BNH com a localização dos conjuntos da COHAB, observa-se uma maior dinamicidade na estruturação espacial do BNH, como se pode verificar nas fotos abaixo:

Conjuntos Habitacionais do BNH em Muriaé – Minas Gerais

Figura 1 - Bairro BNH (São Francisco)



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Figura 2 – Bairro BNH (Visão Panorâmica)



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Figura 3 – Bairro João XXIII



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Conjuntos Habitacionais da COAHB em Muriaé

Figura 4- Bairro Planalto (parte superior da imagem)



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Figura 5- Bairro São Cristóvão



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Figura 6 - Bairro Inconfidência



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Evidencia-se uma transformação do projeto inicial, fruto de investimentos na estrutura física dos imóveis. A periferia imediata do bairro BNH foi ocupada pela classe média, contrário da COAHB, e isso pode ser observado por meio da estrutura física espacial (verticalização e distribuição de renda) que se reflete na organização espacial.

Já as casas populares foram construídas na década de 1990, como consequência da política de descentralização das políticas habitacionais, com a implantação de bairros distantes das áreas centrais. Dentre eles, destaca-se o Bairro São Joaquim, Marambaia e Padre Thiago, como pode ser observado nas imagens abaixo:

Movimento das Casas Populares

Figura 7 - Bairro São Joaquim



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Figura 8 - Bairro Marambaia



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Figura 9 - Sede das Obras Sociais Pró – Moradia



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Figura 10 - Bairro Padre Thiago



Fonte: Cirino, Douglas Soares, 2011

Surge, a partir da inversão do quadro predominante até o momento, a construção das próprias casas pelos trabalhadores, com seus próprios recursos - décimo terceiro, horas extras -, nos finais de semana, com ajuda de familiares e amigos e sem qualquer orientação técnica. As casas apresentam conseqüentemente, problemas de todos os tipos, inclusive risco de desabamento, e são reflexos dos interesses dos agentes sociais que atuaram em sua construção.

Os agentes sociais que produziram tais paisagens variaram no decorrer do tempo e do espaço. Segundo Lefébvre (2001, p.48), ao se considerar a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, distingui-se sua ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. (...) uma vez que não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões de condutas, sem mensagens e sem códigos.

Ainda com relação aos agentes, percebe-se que atuaram por meio da metamorfose das paisagens com o propósito de manutenção do poderio da elite, da valorização dos interesses dominantes, atendendo preferencialmente as classes média e alta. A partir de suas práticas espaciais, trabalharam para o capital, como pode ser evidenciado em França (1999, p.105) ao afirmar que “com essa atividade o Estado obtém os meios para atingir diversos objetivos destacando-se aqueles ligados à manutenção dos grupos no poder, ou ainda beneficiando grupos hegemônicos que ampliam cada vez mais sua força”.

Atuaram separadamente, outras horas em conjunto, mas o que se percebe é que as intencionalidades dos agentes sociais modificaram-se à mercê dos interesses do mercado em reproduzir novos espaços e com a variabilidade da clientela que tais políticas buscaram atender, sempre com o consentimento de todos os agentes envolvidos nos projetos e da população. Sobre o poder do Estado, Harvey (2004, p.107) destaca que:

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação de capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito.

O Estado passou a interagir com os segmentos capitalistas, industrial e imobiliário, com o propósito de atender às reivindicações populares, que se intensificavam continuamente e, ao mesmo tempo, atender aos interesses das classes dominantes; a organização dessas paisagens se deu, como aponta Claval (2004, p.52), “como expressão dos sonhos, apetites e interesses”.

Nas construções do BNH, tem-se a atuação dos promotores imobiliários, que foram beneficiados pela atuação do SFH/BNH, com o predomínio de agentes

financeiros privados, que venderam o urbanismo; como afirma Lefébvre (2001, p.25), “eles concebem e realizam, sem nada ocultar para o mercado, visando o lucro”. Também participou o Estado como agente central na produção da política habitacional, sendo responsável pela execução das normas, agindo também como elo integrador com os outros agentes produtores do espaço na cidade, além dos promotores fundiários que valorizaram as terras da periferia urbana, promovendo o seu loteamento, construtores (todo o corpo técnico do BNH) e o setor financeiro, por meio de uma rede de agentes privados ligados à construção civil, em parceria com as empresas estatais que gerariam os serviços de saneamento e habitação social.

Seu público alvo, de 1964-1970, foi a classe trabalhadora, porém, diante da inadimplência e da intensificação da crise econômica, volta-se para as classes médias, pessoas que recebiam na época de 3 a 5 salários mínimos, sendo esse público atendido no município estudado, uma vez que o interesse era promover habitação para uma classe média emergente e sua espacialização constitui uma marca dessa iniciativa.

Nas construções da COAHB (Planalto, São Cristóvão e Inconfidência), atuaram as empresas públicas, que realizaram parceria com o poder público municipal, associado ao Estado como o agente central da política, mediador entre os agentes produtores, Sistema Financeiro de Habitação que concedeu recursos para a implantação de tais conjuntos, bem como os promotores fundiários que passaram a ter como alvo os terrenos da periferia e atuaram de forma enfática no processo de loteamento. Tinha como seu público as classes trabalhadoras não contempladas com a política do BNH, uma vez que tal clientela recebia de um a três salários mínimos. Entretanto, durante a crise de 1985-1989, a COHAB deixa de ser promotor imobiliário e passa ser um mero órgão assessor.

Nos movimentos de autoconstrução de moradias, participam ativamente o poder público municipal, por meio da concessão de terrenos para possíveis implantações das habitações, a igreja (com atuação específica do Padre Thiago e equipe) e a iniciativa privada com doações monetárias, bem como de materiais de construção, além da participação popular por meio de mutirões que envolviam os futuros proprietários, sua família, amigos e toda a comunidade beneficiada,

confirmando assim as observações de Lefébvre (2001, p.54) “atos e agentes locais marcaram a cidade, mas os mesmos fizeram as relações impessoais de produção e de propriedade, e, por conseguinte as relações entre as classes, portanto as ideologias”. Tal fato se torna perceptível ao se verificar a localização das autoconstruções no espaço urbano da cidade. Elas são formas de resistência frente à necessidade de sobrevivência no atual sistema capitalista, uma vez que o público contemplado constitui-se de trabalhadores excluídos dos dois programas habitacionais, estando o movimento voltado a pessoas realmente carentes (trabalhadores da economia informal) e assalariadas, pré - selecionados por meio de um cadastro.

Percebe-se de forma nítida, ao se fazer uma leitura crítica da variabilidade de agentes sociais na produção desses conjuntos, que os mesmos contribuíram para a construção do urbano, a implosão da cidade rumo à sua periferia reforçando a segregação, uma vez que ratificam os interesses dominantes, pois são eles que definem a regra do jogo e ditam normas no que diz respeito à organização e reorganização do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que reúnem uma determinada classe social beneficiária de tais políticas, também dissociam, uma vez que nesses espaços ocorrem tensões entre os agentes produtores do espaço.

É possível perceber, também com clareza, o papel articulador do Estado, suas estratégias em conjunto a outros agentes, como uma resposta ao atendimento a demanda por habitação, e como promotor da mercantilização da habitação, como é enfatizado em Harvey (2004, p.107) ao destacar que “é importante reconhecer o papel mediador fundamental das estruturas e dos poderes financeiros e institucionais (particularmente do Estado) nos processos de acumulação do capital”. Tal fato contribui para a ampliação dos conflitos pela posse de terra, quando, na verdade, deveria ser o contrário.

Nota-se, de forma nítida, uma mudança nas paisagens, uma vez que mudaram os agentes no decorrer da história, os agentes pré-constituição de 1988 e os agentes pós-constituição de 1988, bem como uma alternância do público-alvo dessas políticas, público que interessaria ao mercado imobiliário naquele momento, ou seja, constituía-se em potencialidade.

Além disso, evidencia-se que as paisagens urbanas acima descritas revelam que o espaço não tem nada de inocente, como menciona Carlos (2008, p.38) ao afirmar que:

sob esta aparência estática se esconde e se revela todo o dinamismo do processo de existência da paisagem, produto de uma relação fundamentada em contradições, em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais”.

Suas imagens revelam um jogo de poder, em que as ações, por mais inocentes que sejam, visam a um determinado objetivo, perpetuando as relações de domínio e de exploração. As localizações dos conjuntos habitacionais acima supracitados representam áreas em que a segregação espacial está presente, o que pode ser confirmado nas palavras de Ross (1995, p.455), ao mencionar o quadro construtivo da COAHB:

Sua padronização e a maneira como são alinhados os edifícios sem nenhum cuidado na criação de uma paisagem integradora do indivíduo com seu espaço, fazem com que grande parte desses conjuntos de casas e edifícios se apresente como uma massa de cimento desprovido de praças e jardins com um visual de profunda monotonia e localizados distantes dos lugares de trabalho e de lazer que a cidade pode oferecer.

A segregação é evidente através de parcelamentos periféricos de baixa densidade, má distribuição de infraestrutura e de serviços urbanos, o que contrasta com a localização do BNH, como atesta Kowarick (1979, p.39) ao mencionar que:

De um lado, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), as classes médias passaram à situação de proprietários, situando em áreas mais centrais, melhor servidas, enquanto as classes trabalhadoras foram fixadas na “periferia”, construindo, elas mesmas nas horas de folga com ajuda gratuita de parentes, vizinhos e conterrâneos, as suas casas próprias.

As paisagens urbanas nesses conjuntos habitacionais são heterogêneas, uma vez que essa heterogeneidade é consequência de ações específicas e coletivas dos agentes produtos do espaço urbano, priorizando determinadas áreas em detrimento de outras. A segregação e as diferenças de paisagens se configuram a partir da localização e da presença de equipamentos e serviços públicos. Como aponta Spósito (2008, p.34), “as diferenças de localização, e os processos de segregação são aspectos inerentes ao arranjo territorial da cidade capitalista” e traduzem os interesses das classes dominantes ao construir bairros para determinados grupos

sociais em detrimento de outros. Tal realidade é enfatizada por Santos (2008, p.20) ao afirmar que “o capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social”.

A explicação para a segregação dessas áreas deve ser vista como a concretização das relações capitalistas no espaço. Uma vez que as áreas retratadas passaram a fazer parte do mercado de terras, gerou-se a especulação dessas localidades, acentuando-se o problema do acesso à terra e à habitação o que contribuiu para a periferização da população de baixa renda e a diferenciação territorial do espaço.

Como consequência, evidencia-se que as heterogeneidades nas paisagens urbanas de tais conjuntos são expressas por diferentes cores, qualidade da infraestrutura urbana, expressas em formas diferenciadas, no quadro físico urbano, como relevo e tipo de ocupação, que se constitui reflexo da atuação de agentes sociais variados na configuração desses espaços nos diferentes momentos da acumulação capitalista.

A diferenciação assimétrica se dá segundo o padrão econômico de seus moradores. Tais paisagens falam, dão pistas de momentos históricos diferenciados, da atuação dos produtores e de como o solo urbano foi utilizado em benefício das ações do capital que contribuíram para sua produção.

Diante de tal realidade se torna viável o emprego das categorias de espaço e paisagem para uma análise crítica da leitura do espaço e da paisagem via produção dos conjuntos habitacionais, uma vez que se pode questionar a implantação dos mesmos em áreas periféricas que, ao mesmo tempo, uniu uma determinada classe e a segregou, sendo tal fato ratificado por Lefévre (1986, p.9) ao expressar que:

ocorre que as “camadas”, classes e frações da classe operária, não puderam beneficiar-se das modificações do urbano, notadamente da centralidade modificada e reforçada (cultura, transporte e gestão). Ao contrário, elas foram excluídas de algumas vantagens, afastadas para a periferia.

Tal correlação possibilita uma reflexão crítica sobre a produção do espaço geográfico no atual sistema capitalista, sua projeção nas paisagens urbanas, dando

margem para o estabelecimento de inferências sobre agentes sociais diferenciados que atuaram em temporalidades distintas gerando heterogeneidades espaciais, por meio de suas práticas espaciais, favorecendo assim uma discussão do novo urbano.